

HABEAS CORPUS Nº 493.938 - PR (2019/0046190-3)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : THAISA MONARI CLARO DE MATOS
ADVOGADO : THAISA MONARI CLARO DE MATOS - PR066602
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : NICODEMOS GALVAO DE LIMA FERREIRA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. REINCIDÊNCIA. INCIDÊNCIA SOBRE A TOTALIDADE DAS PENAS. POSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL MANIFESTO. AUSÊNCIA.
Inicial indeferida liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Nicodemos Galvão de Lima Ferreira**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Paraná (Agravos em Execução Penal n. 0001344-41.2018.8.16.0009).

Narram os autos que o Juízo da Vara de Execução Penal da comarca de Maringá (Autos n. 0000036-53.2011.8.16.0190) indeferiu o pedido de alteração da fração para cálculos da progressão de regime feito pela defesa do ora paciente.

Irresignada, a defesa interpôs recurso perante o Tribunal de origem, que lhe negou provimento.

Daí a presente impetração, em que se alega, em síntese, constrangimento ilegal consistente na alegação de que, após a unificação de penas, a fixação do *quantum* para a progressão de regime nas ações penais em que o paciente foi considerado primário deve ser de 2/5 e não de 3/5.

Menciona que, *se a reincidência não foi considerada na sentença, não cabe ao juízo da execuções penais reconhecer, uma vez que a execução da pena fica vinculada ao disposto na sentença penal condenatória* (fl. 13).

Requer, em liminar, seja determinada *a alteração da fração de regime de cumprimento de pena nas ações de nº 2808.90.2012.8.16.0160 e nº 1452-54.2008.8.16.160 para 2/5 e não 3/5* (fls. 18/19). No mérito, pela confirmação da liminar.

É o relatório.

Não vislumbro constrangimento ilegal a ser sanado por esta Corte de Justiça, uma vez que as instâncias ordinárias decidiram de acordo com a jurisprudência assente do STJ.

Com efeito, não há falar em existência de constrangimento ilegal, já que *a reincidência é circunstância pessoal que interfere na execução como um todo. Sendo assim, a condição de reincidente, uma vez adquirida pelo sentenciado, estende-se sobre a totalidade das penas somadas, não se justificando a consideração isolada de cada condenação e tampouco a aplicação de percentuais diferentes para cada uma das reprimendas* (HC n. 307.180/RS, Ministro Felix Fisher, Quinta Turma, DJe 13/5/2015).

No mesmo sentido, confirmam-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. REINCIDÊNCIA. RECONHECIMENTO PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO. UNIFICAÇÃO DE PENAS. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A jurisprudência dessa Corte Superior é firme no sentido de que, se houver novas condenações no curso da execução penal, a reincidência do Apenado deve ser reconhecida no momento da unificação das penas, se estendendo sobre a totalidade das reprimendas somadas e repercutindo na concessão dos benefícios executórios.

2. Não importa, portanto, que o Apenado tenha sido considerado primário na condenação anterior, tendo em vista que a análise das circunstâncias pessoais (reincidência ou primariedade) é de competência do juízo da execução no momento do deferimento, ou não, dos benefícios.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC n. 456.805/MG, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 10/10/2018 - grifo nosso).

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NOMEAÇÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICA

JURÍDICA EM JUÍZO. PROCURAÇÃO. DESNECESSIDADE. ENTENDIMENTO PACIFICADO PELA TERCEIRA SEÇÃO DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. PROGRESSÃO DE REGIME. NOVA CONDENAÇÃO. UNIFICAÇÃO DE PENAS. CONDIÇÃO DE REINCIDENTE APLICÁVEL A TODAS AS CONDENAÇÕES. OFENSA À COISA JULGADA NÃO CARACTERIZADA. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO PARA CONHECER DO AGRAVO MAS NEGAR-LHE PROVIMENTO.

[...]

3. O reconhecimento da reincidência nas fases de conhecimento e de execução penal produz efeitos diversos, de modo que a não constatação na primeira etapa não impede seu reconhecimento na fase executória, sem violação à coisa julgada.

4. **Sobrevindo novas condenações, a unificação das penas importa no reconhecimento da reincidência, mesmo que esta consideração não tenha ocorrido na etapa de conhecimento, fazendo incidir regras específicas da reincidência ao cumprimento da totalidade da reprimenda. Precedentes.**

5. Agravo regimental provido para conhecer do agravo em recurso especial mas negar-lhe provimento.

(AgRg no AREsp n. 1.192.663/DF, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 22/06/2018 - grifo nosso).

Ante o exposto, **indefiro liminarmente o habeas corpus**, nos termos do art. 210 do RISTJ.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator